

Decisão do STF diz que Código do Consumidor vale para os bancos

O STF (Supremo Tribunal Federal) concluiu o julgamento na semana passada sobre a ação do direito de inconstitucionalidade da Consif (Confederação Nacional do Sistema Financeiro) sobre o dispositivo que estabelece o serviço bancário como relação de consumo regida pelo CDC (Código de Defesa do Consumidor). Desta forma, as normas do CDC, em vigor há mais de 15 anos, continuam a ser aplicadas para a solução de conflitos judiciais entre bancos e clientes.

A ação foi rejeitada por 9 a 2, encerrando um julgamento que se arrastava desde abril de 2002. Os ministros que a rejeitaram informaram durante a sua decisão que os consumidores não poderão usar o código para questões de política monetária, como a fixação da taxa básica de juros, por isso não haverá problemas em relação ao sistema financeiro do país.

Se a ação fosse julgada procedente, os bancos ficariam livres de obrigações como a de concessão de descontos na liquidação antecipada de financiamento e a devolução em dobro de cobranças indevidas

As principais mudanças devem ser maior transparência das instituições financeiras e a inversão do ônus da prova em disputa. Isso significa que em vez de o banco cobrar do cliente o recibo de uma conta já paga, para confirmar a quitação, caberá ao próprio banco comprovar que o pagamento não foi feito. Outro item são as multas por atraso. Alguns bancos cobram hoje mais que os 2% permitidos pelo código, o que é ilegal.

As financeiras também não poderão enviar para a casa dos clientes cartões de crédito sem a solicitação do consumidor.

Uma coisa que os bancos também costumam se utilizar é a venda “casada” de produtos. Por exemplo, só libera um financiamento se o cliente comprar algum produto, onde ele sai ganhando duas vezes, nos juros e na venda do produto. Isso também está proibido e cabe ação contra os bancos.

O Ministro Celso de Mello, ao anunciar seu voto, ressaltou que a proteção ao consumidor qualifica-se como valor constitucional.

A decisão do STF fez justiça para com os consumidores do país, pois mantendo a relação banco-cliente sob o controle do CDC, os juízes beneficiam a população contra as práticas abusivas das instituições financeiras.